

MARIA ALICE ANTUNES E A [AUTO]TRADUÇÃO

José Luís Jobim
(UERJ-UFF)

MARIA ALICE GONÇALVES ANTUNES

O RESPEITO PELO ORIGINAL; JOÃO UBALDO E A
AUTOTRADUÇÃO.

São Paulo: Annablume, 2009.

No Brasil de hoje, ainda há uma forte disciplinarização do conhecimento, conforme pode ser notado nas divisões por áreas, subáreas e especialidades de conhecimento, vigentes nas agências de fomento à pesquisa. Neste contexto, a dificuldade de enquadramento dos estudos sobre tradução não é novidade. Eu mesmo já tive problemas com isto. Quando organizei *Palavras da crítica – tendências e conceitos nos estudos literários*¹, no início dos anos noventa, e incluí um ensaio sobre *tradução*, tive de ouvir muita objeção. Do lado dos linguistas, porque achavam que era uma questão que lhes pertencia. Do lado dos estudiosos da literatura, porque a pessoa escolhida para fazer o ensaio era uma linguista (Rosemary Arrojo) – e, afinal, diziam, não eram apenas as traduções de literatura que interessavam?

Sempre achei que estas e outras opiniões contraditórias refletiam, mais do que qualquer outra coisa, a complexidade envolvida no próprio fenômeno da tradução, que permite a aproximação por várias e diferentes perspectivas. De fato, trata-se de um fenômeno multifacetado que lida, em última instância, com sentidos em movimento histórico, pagando tributo às próprias circunstâncias em que se configuram. E, quando falamos de circunstâncias, inevitavelmente entram as culturas em que se processam os sentidos. Não é à toa, portanto, que um empreendimento como o projeto de pesquisa transnacional “*The Institutions of Interpretation*” tenha gerado, quatro anos depois do *Palavras da crítica*, um livro intitulado “*The translatability of cultures; figurations of the space between*”²: traduzir implica a circulação intercultural de sentidos, sua interpretação em ambientes cambiantes, o encontro de alteridades e a tentativa de construção de inteligibilidades compartilhadas.

Se hoje vivemos em um planeta em que há uma forte consciência reflexiva sobre a co-presença de diferentes culturas e línguas, e se a tecnologia permite tanto a facilidade de contatos à distância (telefonia, internet etc.) quanto a de contatos presenciais, através de deslocamentos espaciais que inserem membros de certas culturas em outros e diferentes meios culturais, então mais do que nunca o fenômeno da tradução se qualifica como crucial para nosso tempo.

Infelizmente, a produção científica sobre tradução não tem acompanhado a sua relevância sempre crescente, e não há dúvida de que seria necessária uma atenção muito maior ao fenômeno do que a que lhe tem sido dedicada até agora. Neste contexto, o livro de Maria Alice Gonçalves Antunes se destaca, por várias razões.

A primeira é a qualidade do trabalho como um todo: a densidade e a pertinência da argumentação desenvolvida, sem perder a elegância e a fluência do texto.

A segunda é o alto nível da reflexão teórica, tanto no que diz respeito à tradução em geral, quanto no que diz respeito à autotradução em particular. Como exemplo de elaborações muito bem sucedidas neste percurso, assinalo a problematização da perspectiva da tradução como recuperação da “intenção” do autor, isto é, como reconstrução do que ele supostamente “queria dizer”. Maria Alice toma como referência básica Umberto Eco, em suas concepções de autor-modelo e leitor-modelo, escapando do foco na subjetividade do eu autoral, e neutralizando a linha de argumentação de toda uma linhagem de defensores do chamado “intencionalismo autoral”, que busca legitimar a tradução a partir das supostas “intenções” do escritor a ser traduzido, que alegadamente forneceriam o “sentido original” a ser “recuperado” na tradução.

Claro, como diz Maria Alice, se acreditarmos que o “sentido original” pertence ao autor, a autotradução será um caso especial, porque quem traduz supostamente conhece as “intenções autorais”: “...diferentemente do tradutor que não é autor do texto que traduz, o autotradutor tem autoridade e liberdade para ir além de limites sem ser tachado de traidor e deixará marcas atribuídas ao autor-modelo original e permitidas somente a esse autor.”

Acertadamente, Maria Alice afirma que, no caso da autotradução, a linha de argumentação do “intencionalismo autoral” implica que a autoridade do autotradutor se origina do presumido conhecimento que só ele pode ter de suas intenções originais, e acaba “por contribuir para

a sacralização da figura do autor e para a visão da tradução como uma atividade impossível, já que as supostas intenções originais são inacessíveis a qualquer outro profissional [que não seja o autotradutor]”

É claro que, depois de Freud, Lacan e toda a tradição psicanalítica moderna, é espantoso que ainda se insista naquele “intencionalismo autoral”, pois torna-se mais difícil imaginar a hipótese de uma *intenção* que seja plenamente consciente, totalmente presente e atualmente transparente para si e para os outros, visto que, por definição, seria impossível sê-lo. Por conseguinte, se é difícil imaginar um sujeito com o conhecimento pleno de suas intenções, então também é difícil argumentar que o presumido conhecimento destas próprias intenções tornaria sempre o autotradutor o intérprete mais legítimo de sua obra.

Um segundo exemplo de reflexões agudas e pertinentes pode ser buscado no significado contextual da autotradução de João Ubaldo Ribeiro. A opinião sacralizada sobre autores publicados no estrangeiro é a de que esta publicação no exterior é símbolo do “prestígio externo” e marca do valor “internacional” destes autores, mas Maria Alice chama a atenção para a dupla face do fenômeno, lembrando que a inserção da autotradução de Ubaldo no mercado norte-americano “não deu ao escritor brasileiro uma posição de destaque internacionalmente ou nos Estados Unidos, em especial.” Isto porque seus livros lá publicados não tiveram boa vendagem. No entanto, aquelas publicações no estrangeiro contribuíram para que o escritor fosse mais respeitado no Brasil: “Assim, se a posição ocupada por um escritor no cânone de origem é um fator que influencia a seleção de sua obra para tradução, o fato de que uma obra é (auto)traduzida fortalece a posição central ocupada por João Ubaldo no polissistema literário brasileiro.”

O percurso cuidadoso e bem elaborado de Maria Alice neste volume, desde as considerações mais gerais sobre tradução e autotradução até o seu estudo de caso, merece ser assinalado, pois nada é gratuito e nada é excessivo. No que diz respeito a João Ubaldo Ribeiro, a pesquisa dela envolveu não somente os romances originais (Sargento Getúlio/*Sargent Getulio*; Viva o povo brasileiro/ *An Invincible Memory*), mas artigos, resenhas e livros sobre ele, assim como o depoimento do próprio, em artigo (*Suffering in translation*) e em e-mails trocados ao longo da pesquisa.

O resultado desta longa e cuidadosa pesquisa, que agora vem à luz neste volume, com certeza é um trabalho que já nasceu como referência obrigatória de todos os interessados no campo dos estudos de tradução e autotradução. Cabe agora aos leitores aproveitarem.

NOTAS

¹ Rio de Janeiro: Imago, 1992.

² Budick, Sanford & Iser, Wolfgang. *The translatability of cultures; figurations of the space between*. Stanford University Press, 1996.

Data de recebimento : 05 março 2009

Data de aprovação : 16 abril 2009